



## 08 DE MAIO DE 2018 Terça-feira

- PETROBRAS ELEVA GÁS PARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EM 7,1%
- PARANAGUÁ BATE RECORDE HISTÓRICO DE PRODUTIVIDADE NO MÊS DE ABRIL
- VENDAS INTERNAS E EXPORTAÇÕES DÃO SUPORTE À RETOMADA DAS MONTADORAS
- EDITORIAL: A INDÚSTRIA SE RESENTE
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS RECUA EM ABRIL, MAS AVANÇA 40,4% SOBRE 2017
- ANFAVEA COMEMORA MARCAS DE ABRIL PARA VEÍCULOS E DESTACA RECUPERAÇÃO GRADUAL
- 'RESULTADO É FRUTO DE BOM ASTRAL', DIZ TEMER SOBRE DADOS DA ANFAVEA
- INDÚSTRIA DE VEÍCULOS DO BRASIL SE PREOCUPA COM ALTA DE JUROS NA ARGENTINA
- DEMISSÕES E AGÊNCIAS FECHADAS: GOVERNO PREPARA TERRENO PARA PRIVATIZAR CORREIOS?
- MPT LANÇA CAMPANHA E QUESTIONA FIM DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA
- MPT LANÇA CAMPANHA SOBRE IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE SINDICAL
- JUÍZES CRITICAM FALA DE MINISTRO DO TST DE QUE "JUSTIÇA DO TRABALHO PODE ACABAR"
- TRABALHADOR FICOU MAIS RECEOSO APÓS REFORMA TRABALHISTA, AVALIA JUÍZA
- CRIAÇÃO DE EMPREGO EM CURITIBA TEM O MELHOR RESULTADO DESDE 2014
- GOVERNO GARANTE DIÁLOGO COM SINDICATOS PARA GERAR MAIS EMPREGOS
- INDICADOR ANTECEDENTE DE EMPREGO RECUA 4,1 PONTOS EM ABRIL ANTE MARÇO, DIZ FGV
- ENTIDADES SUPERMERCADISTAS COBRAM REFORMA DA PREVIDÊNCIA AINDA EM 2018

- DÓLAR SOBE PARA R\$ 3,55 POR CAUTELA COM ACORDO NUCLEAR COM IRÃ
- IGP-DI DE ABRIL FICA EM 0,93%, ANTE 0,56% EM MARÇO, APONTA FGV
- IPC-S SOBE 0,32% NA 1ª QUADRISSEMANA DE MAIO ANTE 0,34% NA ANTERIOR, DIZ FGV
- SELIC NO FIM DE 2018 PERMANECE EM 6,25% AO ANO, APONTA FOCUS
- POUPANÇA TEM CAPTAÇÃO LÍQUIDA DE R\$ 1,237 BI EM ABRIL
- FOCUS DIMINUI PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO PIB
- ROTA 2030 É MAIS IMPORTANTE PARA REGIÃO QUE AO PAÍS
- PREÇO DA GASOLINA TERMINA A SEMANA EM LEVE QUEDA, MAS MÉDIA SEGUE ACIMA DE R\$ 4,22, DIZ ANP
- MARCOPOLO TEM MELHOR RESULTADO PARA UM INÍCIO DE ANO DESDE 2013
- ANFAVEA VAI REVER PROJEÇÕES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS PARA CIMA
- PRODUÇÃO ANOTA 18º MÊS SEGUIDO DE ALTA
- PRODUÇÃO DE CAMINHÕES CRESCE 55% EM QUATRO MESES
- ACO BRASILEIRO É SOBRETAXADO NOS ESTADOS UNIDOS DESDE 1991

CÂMBIO EM 08/05/2018		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,585	3,585
<b>Euro</b>	4,252	4,254

Fonte: BACEN

### Petrobras eleva gás para indústria e comércio em 7,1%

08/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

***É a segunda alta consecutiva, acompanhando disparada do dólar e petróleo no exterior***

A Petrobras anunciou reajuste de 7,1% no preço do gás de cozinha para uso industrial e comercial no país. É a segunda alta consecutiva, acompanhando a disparada do dólar e das cotações internacionais do petróleo.



O reajuste passa a valer a partir desta terça (8) e não impacta o preço do botijão de 13 quilos, mais usados por residências. Desde 2002, a estatal pratica preços diferentes para os dois produtos.

O preço do GLP (Gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha) vendido em vasilhames superiores a 13 quilos ou a granel é reajustado uma vez por mês. Em abril, houve alta de 4,7%.

Nos três meses anteriores, porém, o preço foi reduzido (6,3% em janeiro, 4,6% em fevereiro e 4,2% em março), compensando parte da disparada do ano anterior.

Nas últimas semanas, porém, uma combinação de alta do dólar e do petróleo vem pressionando os preços dos combustíveis no país.

A gasolina, por exemplo, está sendo vendida pela estatal por R\$ 1,817, o maior desde que a empresa iniciou a política de reajustes diários, em julho de 2017.

O preço do gás vendido em botijões de 13 quilos é reajustado uma vez a cada três meses —estratégia adotada no início do ano para tentar suavizar o repasse ao consumidor das cotações internacionais.

O último ajuste, em abril, foi um corte de 4,4%. Em janeiro, já havia caído 5%. Os sucessivos aumentos em 2017 levaram 1,2 milhão de famílias brasileiras a apelarem para lenha ou carvão na hora de cozinhar, de acordo com pesquisa do IBGE.

De acordo com o Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás), após o reajuste desta terça, o preço do gás vendido a clientes industriais ou residenciais ficará 31% mais caro do que as cotações internacionais.

"Esse ágio vem pressionando ainda mais os custos de negócios que têm o GLP entre seus principais insumos, impactando de forma crucial empresas que operam com uso intensivo de GLP", comentou a entidade.

### **Paranaguá bate recorde histórico de produtividade no mês de abril**

08/05/2018 – Fonte: Agência de Notícias Governo do Paraná

***Foram exportados pelo Corredor de Exportação 2,2 milhões de toneladas de grãos, recorde histórico de embarque em apenas um mês. Do total de cargas operadas no mês de abril, o embarque de soja representa 1,8 milhão de toneladas. As outras 473 mil toneladas são de farelo de soja.***

O Porto de Paranaguá acaba de bater mais um recorde de movimentação de cargas. Foram exportados pelo Corredor de Exportação 2,2 milhões de toneladas de grãos, recorde histórico de embarque em apenas um mês.

Do total de cargas operadas no mês de abril, o embarque de soja representa 1,8 milhão de toneladas. As outras 473 mil toneladas são de farelo de soja.

A marca supera em 12,30% - ou em 249 mil toneladas - o maior volume já registrado na história do Porto de Paranaguá, quando foram exportadas 2 milhões de toneladas de grãos, em agosto de 2017.

"O Paraná hoje tem o porto mais eficiente do Brasil, que bate recordes todos os meses", disse a governadora Cida Borghetti. Segundo ela, isso é resultado de planejamento e trabalho bem executado ao longo dos últimos anos. "Dá o suporte necessário aos nossos produtores, gera empregos e renda. É um exemplo para o país da boa integração entre o poder público e a iniciativa privada", acrescentou.

INVESTIMENTOS X RESULTADOS - O diretor-presidente da Appa, Lourenço Fregonese, disse que o Porto de Paranaguá investiu na modernização do Corredor de Exportação. "Ao todo, foram mais de R\$ 657 milhões investidos desde 2011, e outros R\$ 725 milhões estão previstos de serem investidos até 2020", afirmou.

Segundo Fregonese, este incremento é resultado de tudo que foi feito na infraestrutura terrestre, com mais armazéns, novos equipamentos, correias transportadoras com maior capacidade, maior integração entre os modais rodoviários e ferroviários, sem filas de caminhões, aliado ao que evoluiu na estrutura marítima, representada pelas campanhas de dragagem.

Nos últimos anos a Appa já fez a troca dos shiploaders, que são os carregadores de navios, aumentando em 33% a capacidade de embarque de grãos. As correias transportadoras foram substituídas, o cais foi reformado e as filas de caminhões foram extintas.

Com isso, as cargas voltaram a sair pelo Porto de Paranaguá e mais de 80% da produção de grãos das cooperativas são exportadas pelo porto.

Com o aumento da safra, finalização da dragagem de aprofundamento e os investimentos que as cooperativas já programaram, o Corredor de Exportação deve ultrapassar a marca de 20 milhões de toneladas de grãos embarcados nos próximos anos.

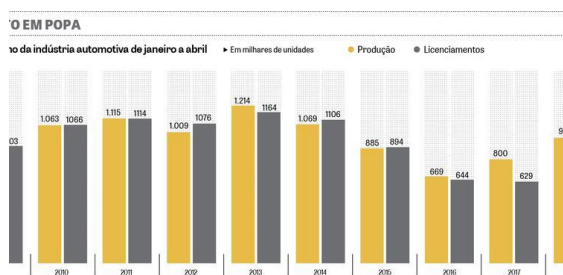
PICO DA SAFRA - A estimativa do departamento de Operações é que os próximos meses, de pico do escoamento da safra, o volume seja ainda maior. De maio a julho, estão programadas 8,6 milhões de toneladas de grãos para exportação pelo Corredor de Exportação.

De acordo com os terminais que operam pelo complexo, devem ser embarcadas 6,9 milhões de toneladas de soja e 1,7 milhão de toneladas de farelo no período.

## Vendas internas e exportações dão suporte à retomada das montadoras

08/05/2018 – Fonte: DCI

Na contramão da indústria brasileira, que vem apresentando desaceleração, o setor automotivo segue com avanço consistente, mas a forte alta dos juros na Argentina preocupa as empresas



O setor automotivo demonstra sinais de que deve crescer de forma consistente neste ano, na contramão dos demais segmentos da indústria. No entanto, o forte aumento dos juros na Argentina e a volatilidade do dólar no país vizinho preocupam as montadoras.

De acordo com a analista da Tendências Consultoria, Isabela Tavares, a retomada da produção e das vendas de veículos deve permanecer forte até o fim do ano por conta do maior volume de concessão de crédito e da redução do custo do dinheiro pelos bancos. "A taxa de juros de financiamento deve seguir em queda ao longo do ano. O

crédito é um dos fundamentos que vem em recuperação consistente desde janeiro”, avalia a especialista.

Isabela diz que as projeções da Tendências para massa salarial este ano são de alta de 3,6% ante 2017, enquanto que a renda habitual real deve ter uma expansão de 1,2%, sustentando a força do consumo para manter os números positivos em todo o setor automotivo.

Por outro lado, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antônio Megale, lamenta a redução dos juros nos bancos privados de forma mais lenta do que se esperava. “A inadimplência está baixa, porém os juros ainda estão um pouco acima dos 15%. Além disso, de cada 10 pedidos de financiamento, cinco ou seis são aceitos. Os bancos estão aumentando o crédito, mas em um ritmo bem devagar.”

Sobre as preocupações com a Argentina, Megale conta que o aumento dos juros promovido pelo banco central daquele país na semana passada, de 27,5% para 40%, pode acabar reduzindo as exportações brasileiras. A Argentina respondeu por 75% dos embarques de veículos produzidos no Brasil de janeiro a abril.

Apesar disso, Megale afirma que não será necessário revisar as projeções da Anfavea acerca das exportações neste ano, visto que o impacto dessa política monetária ainda não está claro.

“Estávamos conservadores nas projeções. A expectativa da Anfavea para as vendas de veículos no mercado interno da Argentina era de 850 mil unidades em 2018. A dos argentinos é de um milhão de unidades”, diz.

“Não sei se o nosso conservadorismo vai absorver completamente o impacto. Precisamos ver quanto tempo durará essa política de aperto”, comenta o dirigente. Ele explica que se houver uma redução brusca na demanda argentina por veículos brasileiros, isso será sentido daqui a pelo menos dois meses, uma vez que os contratos de exportação atuais já estão estabelecidos.

O economista da GO Associados, Luiz Fernando Castelli, destaca que o estresse no mercado argentino pode gerar consequências negativas no Brasil, em especial para a indústria, visto que 92,2% da pauta exportadora para o país vizinho foi de manufaturados no quadrimestre. Contudo, o analista aponta que ainda é cedo para calcular qual será esse impacto. “O automotivo deve seguir em expansão, mas talvez menor que dois dígitos.”

## **Caminhões**

Outro dado relevante em abril foi a venda de caminhões, que disparou 77,7% sobre um ano antes, para 6,16 mil unidades. O vice-presidente de caminhões da Anfavea, Luiz Carlos Gomes de Moraes, atribuiu o desempenho à base fraca de comparação, à gradual retomada da economia e à renovação da frota. Ele destacou que o crescimento está mais disseminado, com avanço de leves, semipesados e pesados.

## **Editorial: A indústria se ressentida**

08/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

## ***Os dados não invertem a tendência de crescimento, mas acendem mais um alerta para a vitalidade da economia brasileira***

Em mais uma surpresa negativa, a produção industrial dessazonalizada caiu 0,1% em março deste ano, indicando que a recuperação da indústria ainda patina. Embora o setor tenha crescido 1,3% em relação a março de 2017, a menor taxa desde junho de

2017, e 3,1% quando comparado ao primeiro trimestre do mesmo ano, o resultado contrariou previsões.



Juntamente aos números negativos do emprego divulgados recentemente, já faz cair as projeções da maioria dos analistas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3% para 2,5% este ano. Os dados não invertem a tendência de crescimento registrada desde 2016, mas acendem mais um alerta para a vitalidade da economia brasileira.

Os números da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na quinta-feira (3), mostram a terceira queda seguida (0,7%) da indústria de bens intermediários, que em larga medida fornece matéria prima às demais e responde por 60% da produção nacional.

É uma queda acumulada de 3,9% desde janeiro. Já a produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital mostra maior dinamismo na comparação com o ano passado. A primeira, que cresceu 1% em março, acumula 15,8% em relação ao mesmo mês de 2017, puxada principalmente pela alta em automóveis e eletrodomésticos, tendência que deve ao menos se manter em ano de Copa do Mundo.

A produção de bens de capital, que cresceu 2,1%, acumula 8,3% na comparação com o mesmo mês do ano passado, refletindo investimentos no parque produtivo que indicam uma tendência de maior confiança no longo prazo, tendência esta reforçada pela perspectiva de manutenção dos juros e inflação baixos. O resultado como um todo só não é pior porque o câmbio depreciado beneficia os exportadores.

A letargia, que beira a irresponsabilidade política, ameaça o próximo presidente eleito. Vários fatores explicam esse cenário. A redução da taxa SELIC demora a se reverter em barateamento do crédito para consumidores.

A lenta retomada do emprego, em ambiente no qual predominam vagas informais, a falta de confiança e a incerteza no cenário eleitoral tampouco operam na retomada do consumo.

Esses dois últimos fatores também explicam a timidez nos investimentos, já estruturalmente baixos em relação ao PIB, desestimulados ainda pela capacidade ociosa da indústria – a produção industrial está 15,3% abaixo do nível recorde de maio de 2011 – e pela letargia nas obras de infraestrutura, especialmente na área de transportes, cujos editais estão emperrados em meio a questionamentos de órgãos de controle e mesmo de investidores.

O Programa de Parcerias e Investidores (PPI) do governo federal foi lançado em setembro de 2016 prometendo contribuir para a retomada do crescimento, mas pouco mais de 40% dos projetos foram concluídos.

Não se pode deixar de notar que a incapacidade de o presidente Michel Temer e o Congresso acertarem o passo está cobrando seu preço no curto prazo. Em fevereiro, o governo jogou a toalha na tentativa de aprovar a reforma da previdência, essencial para conter os gastos e sem a qual a PEC do Teto, aprovada em 2016, se transformou em uma bomba relógio. Além disso, o governo tampouco tem conseguido emplacar outros projetos que considerava prioritários, como a lei do cadastro positivo e a

simplificação tributária, partes de uma agenda de reformas microeconômicas que já parece esquecida. A letargia, que beira a irresponsabilidade política, ameaça o próximo presidente eleito, o qual terá, antes de tudo, de desarmar uma trajetória de gastos que, de acordo com o relatório mais recente do Tesouro, produziu em 2017 o orçamento mais engessado da história, com 94% das despesas primárias obrigatórias. Com uma situação fiscal tão deteriorada, não há magia que viabilize a retomada do investimento e do crescimento.

### **Produção de veículos recua em abril, mas avança 40,4% sobre 2017**

08/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

***Vendas avançaram 4,8% no mês passado sobre março e 38,5% na comparação anual***



Pátio da montadora Hyundai em SP - Jorge Araujo/Folhapress

A produção brasileira de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus recuou 0,5% em abril, na comparação com março, informou a Anfavea (associação dos fabricantes de veículos) nesta segunda-feira (7).

Em relação a abril de 2017, a produção saltou 40,4%, impulsionada por avanços no mercado interno e nas exportações.

O volume produzido em abril somou 266,1 mil veículos, acumulando 965,9 mil nos quatro primeiros meses do ano, 20,7% a mais que no primeiro quadrimestre de 2017. As vendas avançaram 4,8% no mês passado sobre março e 38,5% na comparação anual, para 217,3 mil unidades, segundo a associação.

Já as exportações, incluindo máquinas agrícolas, tiveram crescimento de 36,8% em abril na comparação anual, para US\$ 1,58 bilhão, informou a Anfavea.

### **Anfavea comemora marcas de abril para veículos e destaca recuperação gradual**

08/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Com o melhor resultado de vendas em mais de dois anos e o segundo maior volume de exportações da história, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Antonio Megale, fez uma avaliação positiva dos resultados da indústria automobilística em abril.

Como o mercado, apesar do crescimento de 21,3% que levou o consumo de veículos no Brasil para 763 mil unidades nos quatro primeiros meses do ano, segue abaixo da média histórica – de 951 mil veículos em igual período –, o executivo avaliou que as montadoras ainda têm espaço para crescer e reduzir a ociosidade das fábricas.

Segundo Megale, o aumento das vendas de caminhões, de 3,9% na passagem de março para abril, confirma a recuperação gradual, mas “progressiva”, da economia brasileira.

## **Produção**

O presidente da Anfavea destacou que a produção de veículos no Brasil está há 18 meses em alta na comparação interanual, o que permitiu um aumento de 4,1% da mão de obra empregada pelo setor no último ano. "O emprego está crescendo a 'conta-gotas', mas aumenta todo mês", assinalou o executivo.

## **Emprego**

O número de trabalhadores em regimes de flexibilização de jornada de trabalho – lay-off (suspensão de contratos) ou Programa de Sustentação do Emprego (PSE) – subiu de 1,5 mil para 1,7 mil de março para abril, mas a direção da Anfavea trata a situação como caso pontual. "Somente três empresas estão usando lay-off ou PSE", comentou Megale.

## **Exportações**

As exportações, de 73,2 mil veículos no mês passado, representaram o melhor abril em embarques da história e, considerando todos os resultados, o segundo melhor mês da série histórica, atrás apenas de maio do ano passado (73,4 mil). Já o consumo de veículos no Brasil, que alcançou 217,3 mil unidades no mês passado, teve o melhor resultado desde dezembro de 2015 (227,8 mil).

## **Argentina**

O presidente da Anfavea reconheceu que o setor observa com preocupação a situação da Argentina, principal destino das exportações das montadoras brasileiras.

Durante a apresentação dos resultados da indústria automobilística em abril, quando as exportações, puxadas pelo mercado vizinho, tiveram a segunda melhor marca da história, o executivo comentou que o aumento dos juros na Argentina tem impacto no financiamento de automóveis.

"Com certeza, nos preocupa. Tivemos movimento de volatilidade no câmbio, que também está afetando o Brasil. Fica mais difícil trabalhar com câmbio volátil", afirmou o presidente da Anfavea, acrescentando que a Argentina representa mais de 75% das exportações de veículos produzidos no Brasil.

Apesar disso, ele salientou que o mercado argentino ainda mostra um quadro positivo, com perspectiva de vendas próximas de 1 milhão de veículos neste ano, e informou que, até o momento, nenhuma encomenda vinda do parceiro do Mercosul foi cancelada.

"É cedo para dizer se a situação argentina vai impactar de forma mais ou menos importante. O governo da Argentina está tomando medidas adequadas para impedir crescimento maior da inflação. Uma vez controlada a inflação, acreditamos que haverá relaxamento e o mercado financeiro volta a funcionar normalmente", assinalou Megale.

## **Rota 2030**

O presidente da Anfavea disse também que a nova política automotiva, batizada de Rota 2030, está em fase final de elaboração e defendeu os incentivos a pesquisa e desenvolvimento, que foram o principal nó nas negociações com o Ministério da Fazenda em torno do regime setorial.

"Está muito no finalzinho, mas quem anuncia é o governo. Não dou mais data. Todas que eu dei, eu errei", afirmou o executivo, ao responder a uma pergunta relacionada ao prazo de anúncio do Rota 2030. "Me falaram nos próximos dias, mas prefiro falar em breve", disse Megale.

Ele observou que o presidente Michel Temer manifestou "em diversas ocasiões" que o Brasil terá uma política automotiva. Megale aproveitou para defender incentivos à pesquisa e desenvolvimento, que, segundo ele, são na verdade uma contrapartida



dada para as empresas fazerem investimentos nessa área no Brasil, evitando que o País pague royalties por conta de tecnologias desenvolvidas no exterior.

"Deveríamos reter conhecimento, criar emprego de qualidade desenvolver cabeças aqui", afirmou Megale.

### **'Resultado é fruto de bom astral', diz Temer sobre dados da Anfavea**

08/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Comentando o crescimento de 40,4% na produção de veículos em abril, na comparação com o mesmo mês do ano passado, o presidente Michel Temer atribuiu o resultado ao "bom astral" dos setores empresariais no País.

Temer participou nesta segunda-feira, 7, da abertura da Apas Show, feira do setor de supermercados realizada na capital paulista. Ele disse que estava satisfeito com a "animação" dos participantes do evento e que havia acabado de receber a notícia sobre os dados de produção de veículos, divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

"Vejam que tudo isso, os dados, é fruto deste bom astral que domina esta reunião", afirmou Temer, declarando estar "revigorado" com o desempenho da economia no Brasil. Ao se referir ao dado, no entanto, o presidente se confundiu afirmando que o índice revelado era referente ao mês de maio.

### **Indústria de veículos do Brasil se preocupa com alta de juros na Argentina**

08/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Mercado argentino é responsável por mais de 70% das exportações brasileiras no setor***

As montadoras de veículos instaladas no Brasil estão preocupadas com o salto dos juros na Argentina, mercado que é responsável atualmente por mais de 70% das exportações brasileiras no setor.

O banco central da Argentina elevou na semana passada a taxa de juros do país para 40%, em medida para conter a desvalorização do peso ante o dólar e em meio aos esforços da autoridade monetária para atingir a meta de inflação de 15% para este ano. Foi a terceira alta dos juros da Argentina apenas em 2018.

Segundo o presidente da associação de montadoras de veículos do Brasil, Anfavea, Antonio Megale, nos próximos dois meses o setor vai ter mais claro quais serão os impactos dos juros argentinos sobre a demanda por veículos produzidos no Brasil.

De janeiro a abril, 75% das exportações brasileiras, de 253,4 mil veículos, foram para a Argentina, que por sua vez tem 70% de sua produção de veículos destinada ao Brasil.

"Por enquanto, [a alta dos juros na Argentina] não teve nenhum impacto, nenhum cancelamento, mas ainda é muito cedo para isso", disse Megale a jornalistas, se referindo aos embarques de veículos do Brasil para a Argentina.

Junto com o crescimento da demanda interna, as exportações brasileiras ajudaram a elevar a produção das montadoras no Brasil no primeiro quadrimestre em 20,7% sobre um ano antes, para 965,7 mil veículos.

"Nos preocupa o impacto que [a alta de juros na Argentina] poderá ter no nosso setor, deve impactar o financiamento dos produtos. Estamos olhando isso com bastante

atenção porque a Argentina é parceiro comercial importantíssimo para o Brasil", disse Megale.

Segundo ele, a projeção da Anfavea para as vendas de veículos no mercado interno da Argentina é de 850 mil veículos em 2018 ante projeção da indústria do país vizinho de um volume próximo de 1 milhão de unidades.

Ele afirmou que a indústria brasileira vem buscando novos mercados neste ano para diversificar suas vendas externas, como o Oriente Médio, onde o Brasil já foi um importante fornecedor de veículos décadas atrás.

Atualmente a capacidade ociosa da indústria de veículos do Brasil é de 39%, bem abaixo dos mais de 50% do início de 2017, ano em que o setor interrompeu um ciclo de quatro anos de quedas nas vendas internas. Segundo os dados da Anfavea, a produção em abril cresceu na comparação anual pelo 18º mês consecutivo.

Megale afirmou que a Argentina ganhou mais importância para as exportações brasileiras neste ano porque o México está comprando menos do Brasil, em meio às discussões do país para reformulação do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), que está sendo exigida pelos Estados Unidos.

Na avaliação do presidente da Anfavea, o aumento dos juros na Argentina tem um lado positivo, pois sinaliza que Buenos Aires está agindo para combater a inflação em meio ao movimento de desvalorização do peso influenciado pela alta de juros nos EUA.

Em abril, a produção argentina de veículos subiu 21,4%, acumulando no quadrimestre expansão de 20,4% sobre o mesmo período de 2017, segundo dados da contraparte argentina da Anfavea, a Adefa. Enquanto isso, as exportações da Argentina de janeiro a abril subiram 31,4%.

## **Demissões e agências fechadas: governo prepara terreno para privatizar Correios?**

08/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

***Empresa pública tem operação deficitária e, a partir desse ano, passará a consumir recursos de áreas do orçamento federal, como saúde e educação, para manter suas operações***



Aniele Nascimento/Gazeta do Povo

Os Correios podem ser a próxima estatal na mira do governo federal a ser privatizada. A empresa já vem adotando medidas de corte de custos para tornar seus números mais atraentes ao mercado, como processos de desligamentos voluntários, e agora estuda o fechamento de agências, que resultará em demissões de funcionários.

Neste ano, a empresa já não deve mais conseguir manter-se no azul e é uma bomba-relógio para o presidente Michel Temer desarmar. Mas privatizar – ou reduzir a participação do governo – não é tarefa fácil.

Neste final de semana, após vazamento de planos da empresa de fechar 513 agências e demitir milhares de funcionários em todo o país, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos admitiu que estão em estudos formas de sanear a empresa e buscar

“racionalização de custos”, segundo nota, para tornar a empresa “mais ágil, competitiva e sustentável, gerando não apenas benefícios para a sociedade como também resultados para o seu acionista controlador: o Tesouro Nacional”.

“A empresa vem realizando estudos pormenorizados de readequação de sua rede de atendimento, o que inclui não apenas a sua rede física de atendimento como também novos canais digitais e outras formas de autosserviços”, afirmou a empresa. “As conclusões alcançadas pelos estudos necessários a este projeto somente serão divulgadas após a exaustiva avaliação interna dos Correios e externa pelos órgãos competentes, processo este ainda em curso”, afirmou o presidente interino, Carlos Fortner, em nota.

O governo federal evita falar sobre o assunto e dizer a posição atual do tema. A Presidência da República encaminhou o pedido de informação para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que inicialmente pediu para que o questionamento fosse encaminhado aos Correios, e depois respondeu que o saneamento financeiro e eficiência operacional dos Correios são importantes, mas ressaltou o “papel estratégico das operações desempenhadas pela empresa”.

“Esforços nesse sentido vêm sendo empreendidos por sua atual gestão, e são acompanhados pelo órgão, que debate no âmbito governamental soluções para a empresa”, afirmou a pasta à Gazeta do Povo.

### ***Déficit financeiro***

O rombo na contabilidade dos Correios é grande e já está mapeado pelo governo. Em dezembro de 2017, a Controladoria Geral da União (CGU) publicou relatório apontando que de 2011 a 2016 a empresa teve uma piora nas suas contas, com prejuízos desde 2013. Isso corroeu o patrimônio da empresa, que caiu quase 93% no período.

Sem gerar receitas suficientes para cobrir seus gastos, a partir deste ano a empresa corre o risco de se tornar dependente do Tesouro Nacional, passando a precisar de aportes financeiros no Orçamento – ou seja, utilizando recursos que deveriam ir para outras áreas, como saúde e educação.

Essa situação não deveria fazer sentido em um ramo de negócios que presta serviços necessários para a população e que cobra por tais serviços (em vários países o correio é privado ou parcialmente privado). Muito menos para uma empresa que detém monopólio de alguns tipos de serviço, obrigando que o consumidor pague o preço que for estipulado.

### ***Excesso de reclamações***

Se tivesse concorrência, possivelmente a empresa teria de rever seus custos, podendo baixar seus preços para atrair clientes. Segundo levantamento do site Reclame Aqui, os Correios têm uma avaliação geral de “Não Recomendação”.

Nos últimos 12 meses, segundo o site, de todos que reclamaram, apenas 26,5% voltariam a fazer negócio com os Correios. A empresa recebeu 61,7 mil reclamações no período, a maioria atraso na entrega, qualidade do serviço prestado e demora na execução.

O advogado Dauro Dória, que em 2009 atuou em um dos mais importantes casos no Supremo Tribunal Federal (STF), que questionava a extensão do monopólio dos Correios, destaca que a empresa precisa se modernizar, ao invés de lutar por privilégios.

“Os Correios são ineficientes e o uso dos seus serviços está diminuindo no mundo todo. Eles precisam se reinventar. Tem de entender que eles não podem ter privilégio para tudo, tem de concorrer. Você tem uma entidade ineficiente e acostumada a

ganhar dinheiro sem fazer nada [pela maior concorrência]. Se tem o monopólio, para que vou ser eficiente”, analisa o advogado.

### ***Gastos com pessoal e ingerência política***

Segundo a CGU, os principais fatores que impactaram negativamente nas contas dos Correios, levando a prejuízos seguidos, são os gastos com funcionários. O gasto com pessoal aumentou 62,61% em 2016, e o gasto com benefícios pós-emprego (aposentados, entre outros) teve um salto de 345%. Outros gastos também impactaram os resultados negativos, como a aquisição de insumos, que cresceu 180%.

A empresa também foi vítima de uso político. Segundo a CGU, de 2011 a 2013 (anos da gestão da presidente Dilma Rousseff), os Correios repassaram ao Tesouro Nacional R\$ 2,97 bilhões a título de “dividendos e juros sobre capital próprio”, para engordar as contas públicas mesmo em 2013, quando a empresa registrou prejuízo.

De outro lado, a “Receita Líquida de Vendas e dos Serviços” subiu apenas 6,34% em 2016, bem abaixo do que o aumento médio anual do “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados”, de aproximadamente 11,34%. Ou seja, a despesa subiu mais que a receita, corroendo patrimônio da empresa.

### ***Dificuldades para privatizar***

Mesmo dentro do governo, a visão é de que é muito difícil que o governo consiga privatizar os Correios este ano. Até mesmo o fechamento de agências não-lucrativas e demissão de funcionários pode ser algo impossível em 2018, com eleições pela frente. Um caso muito mais urgente e já com andamento avançado, a privatização da Eletrobras é um processo que coloca em questão a capacidade do governo de conseguir que a base no Congresso apoie o projeto.

Uma operação para privatizar ou tornar misto o capital dos Correios deve sofrer grande oposição no Congresso, mesmo entre aliados de Temer, preocupados com as eleições de outubro. Além disso, uma mudança no monopólio postal de diversos serviços prestados pelos Correios dependeria de alterações legais, que teriam de ser aprovadas pelos parlamentares, algo considerado improvável até mesmo dentro do Ministério das Comunicações.

No ano passado, o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chegou a aventar possibilidades para resgatar a empresa, como uma abertura de capital na Bolsa de Valores ou uma privatização. Mas nenhum passo foi dado pelo governo para iniciar um processo de desestatização dos Correios. A publicação de um decreto colocando os Correios na lista do Programa Nacional de Desestatização (PND) permitiria a realização de estudos econômicos para ver as opções e valores que poderiam ser revertidos, e isso nunca aconteceu.

Em setembro de 2017, Meirelles disse que privatizações dos serviços de correios ocorreram em outros países, com sucesso. Ele afirmou que cada vez mais empresas privadas fazem parte do mercado de encomendas pelo mundo, inclusive empresas internacionais.

### ***Bons exemplos pelo mundo***

Pelo mundo, a saída do governo do controle de empresas de correios não é uma tarefa fácil, com defensores de que a atividade tem grande papel social, com atuação em localidades que não seriam atendidas por empresas privadas por falta de interesse comercial.

Em 2013, os Correios de Portugal (CTT) começaram um processo de privatização, vendendo na bolsa de valores ações da empresa. O processo demorou um ano para ser concluído, com as vendas de ações sendo feitas em três operações até diluir completamente a parcela estatal.

Outro exemplo é o do serviço alemão de correios. O Deutsche Post foi privatizado em 2000, mas o governo alemão detém ações da empresa. No Reino Unido, o Royal Mail é uma empresa pública limitada, após alterações nas leis em 2011, e o governo local ainda mantém ações da empresa. Nos Estados Unidos, o serviço postal é prestado por um braço governamental independente, inclusive financeiramente, mas público.

O debate sobre a abertura do mercado de encomendas e serviços postais no Brasil já é questionado há mais de uma década. Em 2009, a Associação Brasileira das Empresas de Distribuição ingressou no STF pedindo que as empresas transportadoras privadas pudessem entregar encomendas, ressaltando que isso já ocorria na prática, apesar de uma lei tipificar como crime a prestação desses serviços por empresas privadas, com previsão de pena de detenção e multa.

Na época, o STF definiu que o crime só ocorreria se fosse transportado item de distribuição exclusiva dos Correios, que são cartas, cartão-postal e de correspondência agrupada, e delimitou quais produtos e serviços de fato se enquadravam no monopólio.

Dauro Dórea, advogado responsável pela defesa das empresas distribuidoras, relembra que o atual ministro do STF Luís Roberto Barroso foi contratado por sua banca para fazer a sustentação oral. O caso resultou em ganho favorável às empresas, apesar de tentativas dos Correios de aumentar a gama de serviços com monopólio.

O caso teria sido um "divisor de águas", na visão de Dórea, por permitir que seja considerado correspondência e conseqüente monopólio postal apenas cartas com conteúdo sigiloso entre as partes, eliminando previsão de crime para outros casos.

### **MPT lança campanha e questiona fim da contribuição sindical obrigatória**

08/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou nesta segunda-feira (7) a campanha Maio Lilás, que visa à promoção e discussão sobre o princípio da liberdade sindical. Ao longo do mês, estão previstos debates, exposições e outras atividades organizadas pela Procuradoria-Geral do Trabalho e pelas procuradorias regionais em diferentes Estados.

Em linha com o lançamento, na semana passada a Coordenadoria Nacional de Defesa da Liberdade Sindical (Conalis) publicou nota técnica questionando a constitucionalidade do dispositivo da reforma trabalhista que vedou o recolhimento compulsório da contribuição sindical de funcionários pelos respectivos empregadores.

Os procuradores argumentam que a contribuição sindical tem caráter de "contribuição parafiscal", já que o valor arrecadado "deve ser dividido entre sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e 'Conta Especial Emprego e Salário', essa última administrada justamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pois seus valores integram os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador".

"É indubitável que o poder constituinte derivado e reformador encontra limites ao alterar a legislação posta", diz a nota. "Estabelece a Constituição Federal que a instituição, modificação e extinção de um tributo, inclusive na modalidade 'contribuição parafiscal', deve ocorrer por meio de lei complementar (arts. 146 e 149). Portanto, a Lei n. 13.467/17 Reforma Trabalhista, sob esta perspectiva, padece de vício formal de constitucionalidade, visto que não possui o condão de alterar matéria reservada à lei complementar", aponta o documento.

Para os procuradores, a lei é inconstitucional "por violar a unicidade sindical e a representação sindical compulsória da categoria, violando a liberdade sindical ao

imputar aos associados o custo da atividade do sindicato, sobrecarregando-os economicamente”.

Os responsáveis pela nota ainda avaliam que “a manutenção da compulsoriedade da contribuição sindical ganha relevância quando verificamos que a reforma trabalhista cresceu sobremaneira os encargos do sindicato, como a criação de um rol de matérias em que o negociado poderá prevalecer sobre o legislado, inclusive e principalmente na perspectiva do negociado estabelecer condição de trabalho inferior ao assegurado em lei”, o que reforçaria a necessidade de um sindicato “forte, dotado de capacidade econômica e bem estruturado”.

O posicionamento do MPT é mais um elemento no debate sobre a compulsoriedade da contribuição sindical. De 22 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) impetradas no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos da reforma trabalhista, 15 tratam especificamente da contribuição sindical. Enquanto a jurisprudência acerca da contribuição sindical aguarda definição pela suprema corte, advogados relatam que juízes de instâncias inferiores têm concedido liminares a sindicatos, obrigando empresas a recolher a contribuição.

Além da campanha, foi lançada uma página na internet com informações para empresas e empregados sobre a reforma trabalhista.

### **MPT lança campanha sobre importância da liberdade sindical**

08/05/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou hoje (7) a campanha Maio Lilás, que lembra a importância de discutir a liberdade sindical e da participação dos trabalhadores na atuação dos sindicatos para a promoção da defesa dos seus direitos. Para o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, a campanha é especialmente importante após as mudanças promovidas pela Lei 13.467/2017, a Lei da Reforma Trabalhista, que entrou em vigor em novembro do ano passado.

“Agora, mais do que nunca, com a reforma e a força das assembleias das entidades sindicais imposta pela reforma trabalhista, caberá às entidades, aos seus dirigentes, mas principalmente a seus trabalhadores, papel extremamente importante”, disse, na abertura do evento.

Fleury destacou que um dos temas levados ao MPT pelas entidades de trabalhadores diz respeito às mudanças na contribuição sindical. Na avaliação da Coordenadoria Nacional de Defesa da Liberdade Sindical do MPT, as alterações na contribuição sindical promovidas pela reforma trabalhista são inconstitucionais.

Em nota divulgada no último dia 30, a instituição defende que mudanças como o fim da obrigatoriedade da contribuição dependem de lei complementar por ser recurso de natureza tributária. Além disso, o documento afirma que a autorização para desconto em folha da contribuição sindical deve ser definida em assembleia com participação de toda a categoria.

“Mantemos a luta pela preservação dos direitos sociais e, principalmente, pela manutenção do direito sindical, do direito coletivo do trabalho, que eu tenho certeza foi o ramo mais atingido na reforma trabalhista”, disse o procurador-geral do Trabalho. Após a abertura do evento, o ministro do Trabalho, Helton Yomura, disse que respeita a posição do MPT sobre a questão da contribuição sindical, mas ressaltou que houve mais de 101 mudanças promovidas na Consolidação das Leis do Trabalho.

“É importante frisar que a contribuição sindical não acabou, só deixou de ser obrigatória. Hoje, tem que ter a manifestação individualizada e esse é o ponto de vista em que há uma divergência. Nós entendemos que tem que haver uma manifestação

individualizada e pormenorizada de cada trabalhador a respeito disso”, afirmou o ministro.

“Isso, na verdade, é um fortalecimento dos sindicatos. Porque se a lei dá um protagonismo ao sindicato sobre a primazia do negociado sobre o legislado vai demonstrar para o sindicalizado que o sindicato tem hoje uma maior operação, uma maior quantidade de coisas que ele pode produzir. Se ele [sindicato] trabalha, o sindicalizado vai se ver representado e não vai fazer oposição ao pagamento [da contribuição sindical]”, completou Yomura.

Durante o evento, foram lançados um vídeo e o site [www.reformadaclt.com.br](http://www.reformadaclt.com.br), que trazem informações para trabalhadores e empregadores sobre as mudanças implementadas com a reforma trabalhista.

### **Maio Lilás**

Ao longo deste mês, o MPT promoverá ações para dar visibilidade ao tema da liberdade sindical, promovendo debates sobre o assunto. Cada procuradoria regional terá autonomia para criar uma programação local para o Maio Lilás.

Entre as atividades previstas estão a iluminação das sedes da instituição, em todo o país, com a cor lilás. Também serão distribuídos exemplares da mais recente edição do “MPT Quadrinhos”, que aborda questões ligadas aos sindicatos, bem como fóruns, debates e exposições sobre o tema.

A cor lilás é uma homenagem às 129 mulheres trabalhadoras que foram trancadas e queimadas vivas em um incêndio criminoso numa fábrica de tecidos, em Nova York, em 8 de março de 1857, por reivindicarem salário justo e redução da jornada de trabalho. No momento do incêndio, era confeccionado um tecido de cor lilás.

### **Juízes criticam fala de ministro do TST de que “Justiça do Trabalho pode acabar”**

08/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

#### ***A declaração de Ives Gandra de que Justiça trabalhista pode acabar se juízes se opuserem à reforma repercutiu mal entre os colegas de profissão***



Ives Gandra Martins Filho, ministro do TST. Albari Rosa/Gazeta do Povo/Arquivo

A afirmação de Ives Gandra Filho, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de que a Justiça do Trabalho poderá acabar se juízes se opuserem à reforma trabalhista, foi mal recebida por profissionais da área.

Mais de 1.500 magistrados, servidores, advogados e políticos assinaram uma carta aberta em protesto ao posicionamento de Gandra Filho, entre eles o advogado Tarso Genro, ex-ministro da Justiça, e os juízes Valdete Souto Severo e Jorge Luiz Souto Maior.

O ministro do TST se queixou de juízes que, segundo ele, resistem em aplicar a Lei 13.467/2017, em vigor desde novembro de 2017, durante um evento em São Paulo, na última quinta-feira (3).

"Se esses magistrados continuarem se opondo à modernização das leis trabalhistas, eu temo pela Justiça do Trabalho. De hoje para amanhã, podem acabar [com a instituição]", afirmou.

Os signatários da carta a Gandra Filho veem as declarações como uma ameaça. "Ao inocular o medo do fim da Justiça do Trabalho (...) o que se faz é tentar compelir magistrados trabalhistas a julgarem em desacordo com a ordem constitucional vigente e com sua independência."

"Trata-se, em verdade, de uma ameaça: a de que a Justiça do Trabalho será extinta pelo fato de os juízes e juízas do trabalho cumprirem sua obrigação de não aplicar o puro texto da [reforma trabalhista], sem filtrá-la a partir dos parâmetros constitucionais."

No último sábado (4), no 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), juízes debateram como interpretar a reforma trabalhista à luz da Constituição. O ministro Ives Gandra Filho foi declarado persona non grata durante o evento.

Para Valdete Souto Severo, juíza do Trabalho de Porto Alegre (RS) que encabeçou a petição, a afirmação de Gandra foi 'afrentosa a todo mundo que lida com direito do trabalho'.

Os juízes que assinam a carta defendem que não estão se negando a aplicar a lei, e sim a interpretando de acordo com a Constituição, que versa sobre direitos trabalhistas.

A palavra final caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deve começar a julgar, nesta quarta (9), 21 processos que tratam da constitucionalidade da reforma trabalhista.

"Quando o Ives se manifesta, o fim da Justiça do Trabalho é quase uma bandeira, de alguém que esteve à frente dessa instituição e que deveria defendê-la", diz a magistrada.

A juíza afirma que a reforma trabalhista impôs barreiras aos trabalhadores que querem ingressar com ações. Na nova regra, quem perde a causa pode ser condenado a pagar honorários ao advogado da empresa e custas processuais.

"As regras que impedem o acesso à Justiça é que podem acabar com a Justiça do Trabalho, porque os trabalhadores terão receio de ingressar com ações."

Entre dezembro e fevereiro de 2018, as varas da Justiça do Trabalho receberam 48,3% menos ações em relação ao mesmo período do ano anterior.

### **Trabalhador ficou mais receoso após reforma trabalhista, avalia juíza**

08/05/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

Deputados federais da bancada do Rio de Janeiro e juízes do trabalho se reuniram hoje (7), na cidade do Rio, para discutir efeitos na Justiça do Trabalho após a promulgação da reforma trabalhista.

Um dos pontos apontados foi a queda no número de ações trabalhistas depois de a reforma ter entrado em vigor.

Segundo a vice-presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1), Adriana Leandro, a redução chegou a 40% este ano. A média anual, antes da reforma trabalhista, ficava entre 1,7 mil e 2 mil processos.



Para a magistrada, a queda tem a ver com a divergência de interpretação da lei. Na avaliação da juíza, os advogados estão aguardando a jurisprudência que ainda se formará sobre o tema, para então definir as estratégias processuais e acionar a Justiça do Trabalho.

“Houve um decréscimo no agendamento dos processos e, em contrapartida, a gente não percebeu um aumento do emprego”, disse.

### **Receio**

Adriana Leandro avalia que a reforma trabalhista foi criada de forma muito rápida e, por isso, muitas dúvidas estão surgindo.

Outro aspecto para o decréscimo de processos, para a juíza, é que a reforma tornou mais severa “em termos processuais que provoca receio das pessoas que se sentem lesadas em acessar a Justiça” e citou a questão da gratuidade da Justiça.

A reforma estabeleceu que, caso o trabalhador perca a ação, deve arcar com as custas do processo. Até mesmo pessoas pobres que contarem com acesso à Justiça gratuita também ficaram, pela regra, sujeitas ao pagamento de honorários de perícias se tiver obtido créditos em outros processos capazes de suportar a despesa.

“Ele [desempregado] ainda vai ter que arcar os custos, eventualmente, do processo. Isso para a gente é um grande efeito negativo da reforma”, afirmou Adriana Leandro.

No último sábado (5), durante Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) aprovou entendimento que a Lei 13.467/2017, texto da reforma trabalhista, só deve valer para processos e contratos iniciados após o dia 11 de novembro de 2017, data em que as novas regras entraram em vigor.

### **Orçamento**

Também foi abordado no encontro desta segunda-feira a redução nos recursos orçamentários da Justiça do Trabalho. Segundo o presidente da Amatra 1, Ronaldo Callado, a previsão é que o déficit orçamentário chegará a R\$ 450 milhões em 2019 e a R\$ 1,6 bilhão em 2020, o que repercutirá no funcionamento dos tribunais regionais do trabalho.

“Garantir o pleno funcionamento dos tribunais, sem mais cortes orçamentários, é imprescindível para garantir uma sociedade mais justa, com relações de trabalho equilibradas e acesso de todos à Justiça”, disse o presidente da Amatra1.

A vice-presidente da Amatra1, Adriana Leandro, destacou que foram cortes de 30% em termos de custeio e de 90% em investimento.

A juíza teme que os cortes possam prejudicar o sistema eletrônico da Justiça do Trabalho em todo o país, que vem sendo aperfeiçoado ano a ano. A manutenção do orçamento permite também a questão indireta de empregabilidade, evitando o corte de trabalhadores terceirizados.

Um novo encontro com os parlamentares deverá ser agendado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Na reunião de hoje, estiveram presentes os deputados federais Alexandre Molon (PSB), Benedita da Silva (PT), Chico Alencar (PSOL), Glauber Braga (PSOL), Hugo Leal (PSD), Jandira Feghali (PCdoB) e os deputados estaduais Marcelo Freixo e Eliomar Coelho, ambos do PSOL.

## Criação de emprego em Curitiba tem o melhor resultado desde 2014

08/05/2018 – Fonte: Bem Paraná

Curitiba foi a terceira capital brasileira que mais gerou empregos com carteira assinada no primeiro trimestre de 2018. O saldo, já descontadas as demissões no período, foi de 5.588 vagas, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. A capital só perde para Belo Horizonte (7.946) e São Paulo (29.772).

No mesmo período do ano passado, em meio aos efeitos da crise econômica, Curitiba havia criado apenas 227 vagas. Neste ano, o saldo é 25 vezes maior quem no primeiro trimestre de 2017. Desde 2014 a capital paranaense não gerava um volume tão expressivo de empregos. Naquele ano, o saldo havia sido de 9.313 vagas no primeiro trimestre.

Nas dez agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine) de Curitiba, o volume de atendimentos já reflete uma redução do desemprego. O número de processos de intermediação de mão de obra caiu 6,1%, - de 12.336 no primeiro trimestre de 2017 para 11.583 no mesmo período desse ano.

O volume de pessoas para habilitação de seguro-desemprego também caiu, de 8.698 nos primeiros três meses do ano passado para 6.602 no primeiro trimestre de 2018, queda de 24%.

O trabalho do Sine, em convênio com o Ministério do Trabalho, é gratuito e funciona nas Ruas da Cidadania.

“Hoje são quatro eixos de atuação previstos no convênio de descentralização do Sine. Além da intermediação de mão de obra, a população pode fazer a carteira de trabalho, acessar seguro-desemprego e ter capacitação e orientação profissional”, diz Cesário Ferreira Filho, diretor de Relações do Trabalho da Fundação de Ação Social - FAS Trabalho. De acordo com ele, somente no ano passado foram cerca de 400 mil atendimentos nessas quatro áreas.

### Setores

A maioria das vagas criadas em Curitiba com carteira assinada é no setor de serviços. O saldo do setor foi de 5.330 vagas no primeiro trimestre, seguido pela construção civil, com 773, e indústria da transformação, com 308 vagas.

“O que se observa é que a recuperação de renda e do consumo das famílias na área de serviços, como restaurantes, hotelaria, transportes e manutenção de residência, está levando o setor de serviços a voltar a contratar” diz Julio Suzuki Júnior, diretor presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

No Sine, as vagas mais ofertadas são de operador de telemarketing, balconista, auxiliar de cozinha, cozinheiro, empacotador, servente de limpeza, operador de cobrança e vendedor.

### Preparo

A Prefeitura vem reforçando a atuação na orientação profissional na rede Sine. Na última semana, trabalhadores e pessoas que procuram o primeiro emprego participaram de palestras de orientação profissional nas dez Ruas da Cidadania da cidade.

Planejamento de carreira, dicas para entrevistas, retorno ao mercado de trabalho e empregabilidade foram alguns dos temas.

“Nos atendimentos do Sine, o trabalhador recebe orientação e também buscamos outras funções que ele possa se desenvolver, o que inclui, algumas vezes, voltar a estudar. O nível médio hoje é um balizador e um limitante. Então, o nosso trabalho também é mostrar novos caminhos”, diz Cesário.

## **Governo garante diálogo com sindicatos para gerar mais empregos**

08/05/2018 – Fonte: Agência de Notícias Governo do Paraná

***A governadora Cida Borghetti afirmou nesta segunda-feira (07), em encontro no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, que buscará uma grande parceria para recuperar as oportunidades no Paraná e avançar rapidamente na geração de emprego e renda.***

O Governo do Estado vai reforçar o diálogo com centrais e sindicatos para recuperar rapidamente a geração de emprego e renda em todo o Estado. A afirmação foi feita pela governadora Cida Borghetti, nesta segunda-feira (07), durante encontro no Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC). Na reunião com presidente Sérgio Butka e toda a diretoria executiva, a governadora destacou que buscará uma grande parceria para recuperar as oportunidades no Paraná.

“O Governo está à disposição para o amplo diálogo e o bom entendimento das demandas dos sindicatos dos metalúrgicos e também de outros setores. Vamos avançar ainda mais com o Paraná Competitivo, que é hoje o programa mais importante na geração de emprego e renda e na atração de investimentos para o Estado”, disse Cida, que destacou ainda o programa como um reflexo positivo para o Brasil.

Para as taxas de desemprego, especificamente no setor metalúrgico, a governadora reforçou que as secretarias e órgãos vão efetivar uma aproximação com eventuais montadoras que queiram se instalar no Paraná. De acordo com ela, é preciso retomar o crescimento e oportunidade ao setor de recuperar os postos de trabalho.

“Nos últimos três anos tivemos um índice significativo de desemprego na área metalúrgica, isso faz com que o setor se preocupe e o Paraná também. Vamos conversar com a equipe econômica para uma flexibilização, pois entendemos que para ter um governo completo alguém tem que ceder. Não podemos, na situação em que o país e o nosso estado se encontram, fechar os olhos para esta condição”, disse.

Segundo o secretário do Trabalho e Relações com a Comunidade, Paulo Rossi, que participou da reunião, o diálogo com todas as entidades de classe, trabalhadores e empresários é uma determinação desta gestão.

“Nossa prioridade é defender o emprego, principalmente nesta época de crise em que todas as categorias perderam muitos trabalhadores. Temos que nos unir, fazer esse pacto social e buscar uma convergência para que possamos atrair mais empresas. Quem ganha com isso é a população, os trabalhadores”, ressaltou.

Para o presidente do sindicato, a visita à entidade mostra a que o Governo do Estado tem a preocupação, através da sociedade organizada, de buscar informações e sugestões para realizar um bom trabalho.

“Na história desse sindicato, é a primeira governadora do Estado que já no primeiro mês de posse vem visitar essa entidade preocupada com o desemprego e com os interesses da categoria. Isso anima todos nós ao ver o Paraná crescendo e tendo espaço importante na economia nacional e paranaense”, disse Butka.

**PRESENCAS** - Também participaram do encontro o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Nelson Silva de Souza, o deputado federal, Ricardo Barros, e demais lideranças.

## **Indicador Antecedente de emprego recua 4,1 pontos em abril ante março, diz FGV**

08/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) recuou 4,1 ponto em abril ante março, para 103,6 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta terça-feira, 8. O indicador de médias móveis trimestrais cedeu 1,2 ponto, após sete altas seguidas. O movimento sinaliza uma desaceleração no ritmo de recuperação do mercado de trabalho, na avaliação da FGV.

“A queda do IEEmp decorre de uma diminuição do otimismo quanto ao futuro. Ao longo dos últimos meses, diversos indicadores econômicos apresentaram resultados aquém dos esperados, reduzindo o otimismo quanto ao ritmo da recuperação de nossa economia”, diz a nota da FGV, assinada pelo pesquisador Fernando de Holanda Barbosa Filho.

O componente que puxou a queda do IEEmp em abril foi o indicador que mede a expectativa com relação à facilidade de se conseguir emprego nos seis meses seguintes, da Sondagem do Consumidor, que variou -15,0 pontos.

Por outro lado, a queda de 2,0 pontos no Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), para 94,2 pontos em abril – menor nível desde outubro de 2015 (92,6 pontos) -, confirma que o pior do mercado de trabalho ficou para trás.

“A queda do ICD é uma boa notícia. A taxa de desemprego ajustada sazonalmente vem em queda desde março de 2017. O elevado nível da taxa de desemprego, no entanto, afeta a percepção sobre o mercado de trabalho doméstico, ressaltando a dificuldade observada pelo consumidor em se recolocar. A redução do ICD mostra que o trabalhador começa a perceber a melhora discreta e gradual que já ocorre desde o ano passado”, diz a nota da FGV.

Segundo a instituição, as classes de renda que mais contribuíram para a queda do ICD foram as duas mais baixas: consumidores com renda familiar até R\$ 2.100,00, cujo Indicador de Emprego (invertido) variou -3,2 pontos; e a faixa entre R\$ 2.100,00 e R\$ 4.800,00, com recuo de 4,3 pontos.

O ICD é construído a partir dos dados desagregados, em quatro classes de renda familiar, da pergunta da Sondagem do Consumidor que procura captar a percepção sobre a situação presente do mercado de trabalho.

Já o IEEmp é formado por uma combinação de séries extraídas das Sondagens da Indústria, de Serviços e do Consumidor, todas apuradas pela FGV. O objetivo é anteciper os rumos do mercado de trabalho no País.

## **Entidades supermercadistas cobram reforma da Previdência ainda em 2018**

08/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Em cerimônia com o presidente Michel Temer, os presidentes da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e da Associação Paulista de Supermercados (Apas) exaltaram as ações já implementadas pela gestão de Temer e cobraram a aprovação da reforma da Previdência ainda este ano. O emedebista participa nesta segunda-feira, 7, da abertura da Apas Show, feira do segmento na capital paulista.

O presidente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Pedro Celso Gonçalves, afirmou que o setor não desistiu do interesse em aprovar a reforma ainda em 2018. “Não desistimos ainda. Este ano vai sair”, disse o dirigente da entidade, que realiza a feira Apas Show na capital paulista.

Em seu discurso, Gonçalves disse que o presidente "deu exemplo" ao fazer a reforma trabalhista e que é preciso, ainda, fazer a da Previdência assim como a reforma tributária. Além disso, ele defendeu a manutenção da prisão de condenados em segunda instância e que presos possam fazer delações. "Só assim teremos um futuro promissor, sem as mazelas da impunidade", disse.

O presidente da Abras, João Sanzolvo Neto, também elogiou o governo. "O senhor pode ter certeza que um dos legados que o senhor já deixou para o Brasil foi a modernização da legislação trabalhista", disse a Temer. Na sequência, reforçou a necessidade de aprovar as mudanças na Previdência. O dirigente afirmou que o País já demonstra sinais de crescimento e que, agora, o desafio é conquistar a confiança do consumidor para incrementar as vendas.

Ele agradeceu ainda o decreto assinado pelo presidente reconhecendo os supermercados como atividade essencial. "Milhões de trabalhadores estão podendo ir ao supermercado fazer suas compras aos sábados, domingos e feriados e isso está gerando empregos", comentou.

Sanzolvo Neto também pediu que o presidente providencie a autorização para que supermercados possam vender medicamentos que não necessitam de prescrição médica.

Segundo ele, isso vai gerar uma redução de 30% nos preços desses produtos.

No evento, Temer está acompanhado do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, que, assim como ele próprio, figura na lista de cotados para disputar o Palácio do Planalto. O ministro da Justiça, Torquato Jardim, o governador de São Paulo, Márcio França (PSB), e o prefeito da capital paulista, Bruno Covas (PSDB), também participam da solenidade.

Ao entrar no auditório onde ocorre a cerimônia, Temer se dirigiu a um coral de crianças escaladas para cantar o Hino Nacional e cumprimentou algumas delas.

### **Dólar sobe para R\$ 3,55 por cautela com acordo nuclear com Irã**

08/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Bolsa cai 0,5% pressionada por forte desvalorização de ações da Eletrobras***



Presidente americano, Donald Trump, vai anunciar decisão sobre acordo com Irã nesta terça - Nicholas Kamm/AFP

O dólar acompanhou o exterior nesta segunda-feira (7) e voltou a R\$ 3,55 em meio à ameaça do presidente americano, Donald Trump, de deixar o acordo nuclear com o Irã, o que aumentou a aversão a risco nos mercados internacionais. A Bolsa caiu pressionada pela forte desvalorização da Eletrobras.

O dólar comercial fechou em alta de 0,82%, para R\$ 3,553. É o maior nível desde 2 de junho de 2016, quando terminou a R\$ 3,588. O dólar à vista, que fecha mais cedo, se valorizou 0,79%, para R\$ 3,546.

O Ibovespa, índice das ações mais negociadas, teve queda de 0,49%, para 82.714 pontos. O volume negociado no dia foi de R\$ 9,1 bilhões —a média diária do ano está em R\$ 11,1 bilhões.

A piora no humor ocorreu após o americano Donald Trump dizer, no Twitter, que vai anunciar nesta terça (8) a decisão sobre sua permanência no acordo nuclear com o Irã.

O pacto foi acertado entre Irã, EUA, Rússia, Reino Unido, França, China e Alemanha em 2015 com o objetivo de interromper o programa nuclear do Irã, que recebeu em troca alívio das sanções econômicas impostas ao país pela comunidade internacional.

Nesta segunda, Trump ameaçou deixar o acordo, e condicionou a permanência dos EUA no pacto a que os signatários europeus consertem o que ele chamou de falhas.

Em resposta, Alemanha e França prometeram manter o acordo mesmo se os EUA abandonaram o pacto. O ministro de Relações Exteriores alemão disse que o mundo ficaria menos seguro sem o pacto com Teerã.

Já o chanceler francês afirmou que França, Reino Unido e Alemanha vão manter o acordo nuclear de 2015 com o Irã independentemente da decisão que for tomada pelos Estados Unidos, considerando essa a melhor forma de evitar a proliferação nuclear.

Como resposta ao aumento da preocupação, o dólar ganhou força ante 24 das 31 principais moedas.

Já petróleo teve alta nesta sessão. O barril do Brent, negociado em Londres, subiu 0,89%, para US\$ 75,54. O WTI, dos Estados Unidos, registrou avanço de 0,40%, para US\$ 70.

A commodity atingiu níveis não vistos desde o fim de 2014, impulsionada pelos mais recentes problemas na petroleira estatal venezuelana PDVSA e pela possibilidade de sanções ao Irã.

"Essas declarações do Trump impactam o dólar, e, em dia de agenda fraca, acabam movimentando o mercado", diz Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos.

Nesta segunda, o Banco Central vendeu pelo terceiro dia a oferta integral de 8.900 contratos de swaps cambiais tradicionais (equivalentes à venda de dólares no mercado futuro). Até agora, o BC já rolou US\$ 1,335 bilhão dos US\$ 5,650 bilhões que vencem em junho.

O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) se valorizou 2,5%, para 190 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados tiveram resultados mistos. O DI para julho deste ano ficou estável em 6,245%. O DI para janeiro de 2019 teve alta de 6,275% para 6,310%.

## **AÇÕES**

Das 67 ações do Ibovespa, 15 subiram e 52 caíram.

O índice estreou nova carteira nesta segunda, com a mineradora Vale desbancando o Itaú Unibanco com o papel de maior peso no Ibovespa.

As ações da Eletrobras despencaram nesta sessão após divergências dentro da diretoria da Aneel (agência reguladora do setor elétrico) envolvendo a privatização da estatal. A origem da disputa é um ofício assinado pelo diretor-geral do órgão, Romeu Rufino, apontando que a medida provisória 814, em tramitação no Congresso, poderá trazer encargos adicionais à conta de luz ao consumidor.

Os papéis ordinários da Eletrobras caíram 9,15%, e os preferenciais recuaram 8,07%. "Cada vez mais estamos menos otimistas com relação ao processo de privatização da Eletrobras. Temos pressão dos governadores do Nordeste e a base do governo está dividida. Mesmo esse tema encontra resistência na base", avalia Rafael Passos, analista da Guide Investimentos.

As ações da Gol recuaram 5,53%, afetadas pelo aumento dos preços do petróleo e também pela alta do dólar —ambos pressionam os custos da aérea.

Na ponta positiva, as ações da Petrobras subiram, amparadas pela alta do petróleo. Além disso, as ações refletiram a expectativa de investidores com o resultado da estatal, que será divulgado nesta terça.

Os papéis mais negociados avançaram 1,71%, para R\$ 22,65. As ações ordinárias subiram 3,56%, para R\$ 24,74.

"Há uma perspectiva positiva para o balanço, pela forte alta do petróleo no primeiro trimestre. Podemos ter uma redução forte do endividamento da Petrobras. Também há a nova política de dividendos, em meio à expectativa com o lucro mais expressivo", afirma Passos.

A mineradora Vale recuou 0,93%, para R\$ 49,24.

No setor financeiro, os papéis do Itaú subiram 0,15%. As ações preferenciais do Bradesco perderam 0,91%, e as ordinárias tiveram queda de 1,26%. O Banco do Brasil teve baixa de 0,11%, e as units —conjunto de ações— do Santander Brasil se desvalorizaram 0,85%.

### **IGP-DI de abril fica em 0,93%, ante 0,56% em março, aponta FGV**

08/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou alta de 0,93% em abril, ante um aumento de 0,56% em março, divulgou na manhã desta terça-feira, 8, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O resultado do indicador ficou acima do intervalo das projeções do mercado financeiro, que estimavam uma alta desde 0,53% a 0,80%, com mediana positiva de 0,63%, de acordo com as instituições ouvidas pelo **Projeções Broadcast**. Com o resultado, o IGP-DI acumulou uma elevação de 2,24% no ano até abril e avanço de 2,97% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem o IGP-DI. O IPA-DI, que representa o atacado, teve alta de 1,26% em abril, após a elevação de 0,77% registrada em março.

O IPC-DI, que apura a evolução de preços no varejo, teve um aumento de 0,34% em abril, ante um crescimento de 0,17% em março. Já o INCC-DI, que mensura os preços na construção, apresentou alta de 0,29% em abril, depois do aumento de 0,24% em março.

O período de coleta de preços para o índice de abril foi do dia 1º ao dia 30.

### **IPAs**

Os preços dos produtos agropecuários no atacado medidos pelo IPA Agrícola subiram 2,18% em abril, após a elevação de 3,39% em março, dentro do IGP-DI. Os produtos industriais, que são mensurados pelo IPA Industrial, avançaram 0,96% em abril, depois de uma queda de 0,09% no atacado no mês anterior.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram alta de 0,21% em abril, ante uma alta de 0,76% em março.

Os preços dos bens intermediários subiram 2,0% em abril, após avançarem 0,85% em março. Já os preços das matérias-primas brutas registraram alta de 1,68% em abril, depois de subirem 0,68% em março.

### **IPC-S sobe 0,32% na 1ª quadrissemana de maio ante 0,34% na anterior, diz FGV**

08/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) subiu 0,32% na primeira quadrissemana de maio, desacelerando levemente após a taxa de 0,34% apurada na última leitura de abril, conforme a Fundação Getulio Vargas (FGV).

No período, quatro das oito classes de despesas arrefeceram: Transportes (0,07% para -0,03%), Saúde e Cuidados Pessoais (1,12% para 1,09%), Educação, Leitura e Recreação (0,12% para 0,09%) e Vestuário (0,60% para 0,59%).

Outros dois grupos repetiram a mesma taxa de variação registrada na medição anterior: Alimentação (0,29%) e Despesas Diversas (0,13%).

Já os segmentos que registraram aceleração entre a quarta quadrissemana de abril e a primeira leitura de março foram Habitação (0,26% para 0,30%) e Comunicação (0,07% para 0,08%). A FGV divulgou os dados na manhã desta terça-feira, dia 8.

### **Selic no fim de 2018 permanece em 6,25% ao ano, aponta Focus**

08/05/2018 – Fonte: EM.com

Os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) para o fim de 2018 e de 2019. O Relatório de Mercado Focus trouxe nesta segunda-feira, 7, que a mediana das previsões para a Selic este ano seguiu em 6,25% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar. Já a projeção para a Selic em 2019 seguiu em 8,00% ao ano. Há um mês, estava no mesmo nível.

No Focus, a Selic média de 2018 permaneceu em 6,34% ao ano, número igual ao verificado um mês antes. A taxa básica média de 2019 foi de 7,10% para 7,15%, ante 7,18% de um mês atrás.

Para o grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções de médio prazo (Top 5), a projeção da taxa básica em 2018 seguiu em 6,25% ao ano, mesmo valor de um mês antes. No caso de 2019, a projeção do Top 5 para a Selic seguiu em 7,50%, ante 8,00% de um mês atrás.

Próximas reuniões

Os economistas consultados pelo BC esperam por um corte de 0,25 ponto porcentual da Selic em maio, de 6,50% para 6,25% ao ano. Depois disso, conforme o Sistema de Expectativas de Mercado do relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira, a projeção é de que a Selic permaneça em 6,25% ao ano até maio de 2019, quando a taxa subiria a 6,50% ao ano. Este aumento marcaria o início de um novo ciclo, desta vez de alta para os juros básicos.

O Sistema de Expectativas indica ainda elevação da Selic para 6,75% ao ano em junho de 2019, 7,00% em julho, 7,25% em agosto e 7,50% em setembro do próximo ano.



## **Poupança tem captação líquida de R\$ 1,237 bi em abril**

08/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A caderneta de poupança fechou o mês de abril com captação líquida de R\$ 1,237 bilhão. O valor reflete o montante de recursos que os poupadores depositaram na caderneta, já descontados os saques no período. Este foi o segundo mês consecutivo de captação líquida na poupança.

O resultado para a poupança foi o melhor para meses de abril desde 2013, quando houve depósitos líquidos de R\$ 2,616 bilhões. Em abril do ano passado, houve saídas líquidas de R\$ 1,271 bilhão e, em março de 2018, captação líquida de R\$ 3,978 bilhões.

Em 2015 e 2016, a crise econômica havia acirrado os saques na poupança, com as famílias mais retirando do que colocando recursos na caderneta para fazer frente às despesas.

Em 2017, porém, a poupança registrou depósitos líquidos de R\$ 17,126 bilhões, em meio ao início da recuperação econômica. Nos dois primeiros meses de 2018, porém, houve mais saídas que entradas de recursos. O período geralmente é marcado por saques, pelas famílias, para o pagamento de despesas como o IPTU e as matrículas escolares. Em março e abril, a poupança voltou a ter captação líquida.

De acordo com o BC, o total de aplicações na poupança em abril foi de R\$ 182,631 bilhões, enquanto os saques somaram R\$ 181,394 bilhões. O estoque total do investimento na poupança está em R\$ 735,433 bilhões, já considerando os rendimentos de R\$ 2,787 bilhões de abril.

No acumulado de 2018 até abril, a poupança registra saques líquidos de R\$ 694,4 milhões, resultado de aportes de R\$ 708,428 bilhões e retiradas de R\$ 709,122 bilhões.

A remuneração da poupança é formada por uma taxa fixa de 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) – esse cálculo vale para quando a Selic (a taxa básica de juros) está acima de 8,5% ao ano. Como a Selic está atualmente em 6,50% ao ano, a remuneração da caderneta é formada pela TR mais 70% da Selic.

## **Focus diminui projeção de crescimento do PIB**

08/05/2018 – Fonte: GS Notícias/Jornal do Comércio RS

A perspectiva de crescimento da economia brasileira neste ano foi reduzida na pesquisa Focus do Banco Central (BC) divulgada ontem sob forte pressão da produção industrial, enquanto a expectativa para o dólar voltou a subir.

Diante de recorrentes sinais de dificuldades da economia em imprimir um ritmo sustentado de crescimento, os economistas consultados no levantamento reduziram a conta para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 a 2,70%, de 2,75% antes.

Importante pressão vem da produção industrial, cuja expectativa de expansão passou a 3,81%, de 4,28%. O ajuste vem depois de o setor ter terminado o primeiro trimestre estagnado, com queda inesperada na produção em março. Para 2019, permanecem as expectativas de crescimento de 3% do PIB e de 3,50% da produção industrial.

Outra revisão que os economistas promoveram no levantamento foi da taxa de câmbio, sendo que passaram a ver o dólar a R\$ 3,37 no fim deste ano, frente a R\$ 3,35 antes. Na semana passada, a moeda norte-americana acumulou ganho de

1,79%, na segunda semana seguida de alta em um rali recente, que levou a moeda a alcançar o patamar de R\$ 3,50.

As contas para a inflação permaneceram inalteradas em 3,49% neste ano e em 4,03% em 2019, enquanto o cenário para a política monetária permanece o mesmo, com corte esperado de 0,25 ponto percentual na Selic na reunião deste mês do BC.

Com a taxa básica de juros a 6,5% agora, os especialistas consultados no levantamento continuam vendo que ela terminará 2018 a 6,25% e 2019 a 8%.

O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, também segue sem alterar sua visão, de Selic a 6,25% e 7,5%, respectivamente, em 2018 e 2019.



## Rota 2030 é mais importante para região que ao País

08/05/2018 – Fonte: DGABC



Avaliação é do presidente da Anfavea, ao citar os investimentos feitos nas matrizes das montadoras

O Rota 2030, programa de incentivo fiscal às montadoras que investirem em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e, desta forma, movimentarem a cadeia automotiva local, terá mais reflexo para o Grande ABC do que para o restante do País.

A avaliação é do presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Antonio Megale. Segundo ele, pelo fato de a região concentrar não somente seis montadoras, como suas respectivas sedes brasileiras, ela será mais impactada pela iniciativa do que demais localidades.

“Se não tivermos o Rota 2030, o País todo perde. Mas o Grande ABC perde muito mais”, afirmou, ontem, ao **Diário**. “Os investimentos estão sendo feitos nas matrizes que, principalmente, estão ali na região. Então, o programa é mais importante para o Grande ABC do que para as outras regiões do País.”

De fato, o antecessor do Rota 2030, o Inovar-Auto, expirado em dezembro, favoreceu a injeção de aproximadamente R\$ 8 bilhões para modernizar suas plantas de São

Bernardo e São Caetano até 2022, além de trazer novos veículos e instalar centro de pesquisa aplicada.

A expectativa é a de que o anúncio do Rota 2030 seja feito pelo Planalto nos próximos dias, já que reuniões nas últimas semanas teriam praticamente definido os principais pontos do programa. A questão central, que teria inclusive atrasado o lançamento do programa – esperado para fevereiro –, é a falta de definição do incentivo para investimento em P&D.

Segundo informações de bastidores, o MDIC (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) e o Ministério da Fazenda não concordavam sobre o tamanho do incentivo (que deveria ser na ordem de R\$ 1,5 bilhão por ano, assim como no Inovar-Auto) e da redução de impostos. Com isso, o acordado foi que as deduções tributárias pudessem ser feitas dentro dos moldes da Lei do Bem.

Conforme Megale, os incentivos serão inspirados na legislação e chamados de P&D Automotivo. Os créditos às empresas do setor que investirem em pesquisa e desenvolvimento deverão ser abatidos somente do IR (Imposto de Renda) e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), mas com algumas alterações na forma. “A questão de P&D seria mais ampliada.

A Lei do Bem tem algumas restrições, pois ela é uma lei horizontal. Por exemplo, fala em pesquisa pura, que é uma coisa que a indústria automobilística não faz. Então, ela deve ser adaptada para o setor”, explicou.

Além disso, outra questão é o período de utilização dos créditos, já que a legislação prevê que isso aconteça durante o mesmo ano. “O ideal seria que, se tivesse esse dispêndio, que fosse por um período maior de utilização”, avaliou Megale. Segundo ele, esta é uma das reivindicações do ramo automotivo.

DEMORA - Apesar de o atraso na divulgação do Rota 2030 ainda não ter impactado aportes das montadoras, que estão concluindo cronogramas anunciados com base no Inovar-Auto e na expectativa de continuidade de política de incentivo fiscal, a demora é preocupante.

“As empresas estão aguardando a definição do Rota 2030 para anunciarem os investimentos em P&D ou os reverem. O que acontece é que, cada mês que passa, cada semana, a preocupação aumenta. Mas também não podemos apressar muito, porque temos que lembrar que o Rota é um regime que deve durar 15 anos. Então a gente prefere que seja discutido por mais uma semana, mas que seja lançado de forma definitiva.”

### **Produção de veículos no Brasil cresce 40% em abril**

A produção de veículos registrou alta de 40% em abril no País, comparado com o mesmo mês do ano passado, de acordo com dados apresentados ontem pela Anfavea. Trata-se do 18º mês consecutivo de crescimento, com total de 266.111 unidades fabricadas, entre veículos leves, caminhões e ônibus. No quadrimestre, soma-se quase 1 milhão de exemplares (965,8 mil, alta de 20,7%).

De acordo com o presidente da Anfavea, Antônio Megale, o resultado é fruto do aquecimento do mercado interno. “A economia está mais organizada. A inflação e a taxa de juros caíram, o que é um ponto importantíssimo, porque a Selic baixou e isso começou a chegar gradualmente para o consumidor. Pouco a pouco, o desemprego está diminuindo, e a confiança de que a pessoa não vai perder o emprego está aumentando. Além disso, tivemos grandes mercados em 2012 e 2013 e, agora, é o período de troca destes veículos”, contextualizou.

No entanto, o resultado também foi impactado pelo volume de unidades exportadas, que representam 73.152 do montante, o melhor abril de toda a série histórica. O

principal parceiro do Brasil é a Argentina, que representa cerca de 75% das exportações.

Por isso, o recente anúncio da elevação da taxa de juros de 27,25% a 40% pelo Banco Central da Argentina, por conta da alta do dólar, fez com que o peso perdesse 10% do valor se comparado à moeda norte-americana. "Estamos atentos a essa movimentação, Por enquanto, ainda é muito cedo para dizer que não vai ter impacto."

### **Preço da gasolina termina a semana em leve queda, mas média segue acima de R\$ 4,22, diz ANP**

08/05/2018 – Fonte: G1

#### ***Já o diesel subiu pela 6ª semana seguida, enquanto o valor médio do etanol continua em queda.***

Após subir por duas semanas consecutivas, o preço médio da gasolina para o consumidor final teve leve queda na semana passada, mas seguiu acima do patamar de R\$ 4,22. É o que apontam dados divulgados nesta segunda-feira (7) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com o levantamento, o preço médio por litro caiu 0,02%, de R\$ 4,226 para R\$ 4,225. No ano, a alta acumulada do preço da gasolina para o consumidor final é de 3,07%.

O valor representa uma média calculada pela ANP, que verifica os preços em 5.804 postos em diversos municípios. Eles, portanto, podem variar de acordo com a cidade.

Na mesma semana, a Petrobras aumentou em 0,66% os preços da gasolina nas refinarias.

O reajuste faz parte da política de preços da empresa, que muda os valores quase diariamente com o objetivo de acompanhar as cotações internacionais. O repasse ou não para o consumidor final depende dos postos.

#### ***Diesel sobe pela 6ª semana seguida***

A ANP também divulga o valor médio por litro do diesel para o consumidor final, que fechou a semana em R\$ 3,495. Isso representa um aumento de 0,69% em relação à semana anterior. A alta foi a sexta seguida registrada pela agência. Nesse período, o preço já subiu 3,46%.

Na mesma semana, a Petrobras reajustou os valores do diesel nas refinarias para baixo em 0,29%. Da mesma maneira que ocorre com a gasolina, o repasse ou não para o consumidor final depende dos postos.

No ano, o preço do diesel já acumula alta de mais de 5%.

Preço gasolina combustíveis Uberaba (Foto: Reprodução/TV Integração)

#### ***Etanol em queda***

Enquanto isso, o etanol terminou a semana em baixa pela quarta semana seguida, passando para R\$ 2,853 por litro. A baixa foi de 1,38%.

Quatro semanas, o preço do etanol caiu mais de 6%. No ano, a queda acumulada é de mais de 2%.

Já o preço do botijão de gás subiu 0,07% na semana, passando para R\$ 66,97. No ano, porém, há baixa acumulada de 0,65%.

## **Marcopolo tem melhor resultado para um início de ano desde 2013**

08/05/2018 – Fonte: Reuters

A Marcopolo alcançou, no primeiro trimestre de 2018, o seu melhor desempenho operacional desde 2013 em comparação com o mesmo período de anos anteriores. A empresa registrou receita líquida consolidada de R\$ 764,8 milhões e lucro líquido consolidado de R\$ 30,9 milhões, contra receita de R\$ 554,6 milhões (crescimento de 37,9%) e lucro de R\$ 3,2 milhões do mesmo período do primeiro trimestre de 2017.

O crescimento da receita líquida consolidada é reflexo do faturamento no mercado doméstico e de exportações, que apresentaram, respectivamente, altas de 122,7% e 39,6%, em valores, quando comparados com o primeiro trimestre do ano anterior. A receita no mercado interno alcançou R\$ 333,6 milhões, ou 43,6% do total, e as exportações e os negócios no exterior totalizaram R\$ 431,2 milhões.

De acordo com o diretor-geral da Marcopolo, Francisco Gomes Neto, os resultados reforçam a expectativa de recuperação consistente do mercado brasileiro de ônibus para este ano, com o volume de produção crescente em todos os segmentos.

"Ampliamos em 76,7% a produção nas nossas fábricas brasileiras em relação ao ano anterior, mais do que o crescimento registrado pelo mercado nacional, que foi de 59,4%."

A empresa fechou o trimestre com participação de 53,7% na produção brasileira de carrocerias contra 46,8% no primeiro trimestre do ano passado e cresceu 25,8 pontos percentuais no segmento de urbanos na mesma base de comparação.

No mercado doméstico, as receitas da Marcopolo nos segmentos de rodoviários e urbanos cresceram, respectivamente, 294,3% e 123,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O setor de rodoviários continua aquecido, especialmente pelos veículos para fretamento e em linhas interestaduais, e pela vigência da norma que prevê a redução da idade média da frota de ônibus voltados ao transporte interestadual e internacional para seis anos em 2018.

Em urbanos, o destaque é a recuperação expressiva de volumes, com crescimento de 101,9% na produção brasileira. No trimestre, a Marcopolo conquistou a liderança deste segmento, com 51% de participação de mercado.

O desempenho decorre do maior volume de unidades produzidas para exportação, que cresceram 1.239,3% em relação ao primeiro trimestre de 2017, e da maior renovação de frota no mercado interno.

As exportações continuam fortes, com aumento de 46,3% no volume de unidades em comparação com o primeiro trimestre de 2017. Em relação às operações no exterior, o destaque foi a alta de 11% em unidades produzidas na Austrália.

## **Anfavea vai rever projeções de máquinas agrícolas para cima**

08/05/2018 – Fonte: Automotive Business

### **Mesmo com queda no quadrimestre, montadoras preveem fechar o ano com alta nas vendas**

A queda de 7,2% das vendas de **máquinas** agrícolas e de construção no primeiro quadrimestre do ano sobre igual período do ano passado não intimidou a Anfavea, associação das fabricantes, em reafirmar que encerrará o ano com crescimento das

vendas, e desta vez, em um nível maior que o esperado no início de janeiro, quando divulgou suas **projeções** de mercado para 2018. O volume menor dos primeiros quatro meses do ano no comparativo anual, que chegou a 11,6 mil, pode representar apenas o começo de um ciclo mais robusto, com a expectativa da segunda maior safra da história.

Para Antonio Megale, presidente da Anfavea, a Agrishow, a maior feira do setor agrícola no Brasil, indica o termômetro do setor. "A feira foi um sucesso em termos de compromisso de negócios e a tendência é que eles se consolidem nos próximos meses", disse na segunda-feira, 7, durante apresentação dos números do setor.

Dados preliminares divulgados pela organização da feira indicam que os negócios alcançaram recorde de R\$ 2,7 bilhões, um aumento de 22% na comparação com a edição anterior.

Com isso, se antes as montadoras esperavam alcançar volume de 46 mil máquinas e equipamentos em 2018, representando aumento de 3,7% sobre as 44,4 mil vendidas em 2017, agora a Anfavea espera elevar esse número a 47,7 mil unidades, pelo menos.

"Mantemos as previsões este mês, mas há um claro viés de alta para as vendas internas de máquinas. No próximo mês, quando faremos a revisão, vamos dobrar este número de 3,7% para, pelo menos, 7,5% a 8%, pode ser um pouco mais, vai depender do balanço final da Agrishow e do anúncio do Plano Safra 2018/2019 pelo governo", completou Megale.

Segundo o vice-presidente da entidade, Alfredo Miguel Neto, o setor agrícola vem retomando suas atividades por diversos fatores e destacou a oportunidade para o setor de grãos, especialmente a soja, que encontra vantagens no mercado internacional devido às dificuldades de negócios entre Estados Unidos e China, por exemplo.

Ele cita ainda que durante a feira, as vendas foram maiores em todos os segmentos, não só para grãos. Além disso, citou dados de confiança do setor, que atingiu os 107 pontos no primeiro trimestre.

Megale complementa ao afirmar que embora a safra deste ano não seja recorde, mas a segunda maior da história, pode representar recorde em rentabilidade, uma vez que os preços das commodities estão em alta. "E rentabilidade para o produtor significa investimento em maquinário e produtividade", disse.

O otimismo com o mercado interno deve melhorar os volumes de produção nos próximos meses. De janeiro a abril, o setor montou pouco mais de 17 mil máquinas, leve aumento de 1,3% no comparativo anual. Neste caso, a produção só não foi negativa por causa das exportações, que cresceram 26,3%, ao passar de 3,1 mil para 3,9 mil no acumulado dos quatro meses do ano.

"As exportações vêm em um ritmo bom de crescimento, apesar de ainda não ter atingido a média dos últimos dez anos para o primeiro quadrimestre, que é de 23,9 mil", completou Megale.



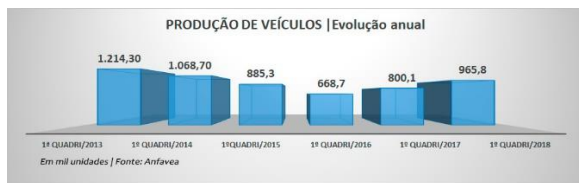
## Produção anota 18º mês seguido de alta

08/05/2018 – Fonte: Automotive Business

### Fábricas trabalham em alta de 21%, com quase 1 milhão de unidades produzidas



As fábricas de veículos trabalham em ritmo acelerado este ano e em abril anotaram o **18º mês consecutivo de alta** em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo números divulgados pela associação dos fabricantes, a Anfavea.



A **produção atingiu alta de quase 21%** no primeiro quadrimestre do ano, batendo perto de 1 milhão de unidades. De janeiro a abril foram produzidos no País 965,9 mil automóveis, utilitários leves, caminhões e chassi de ônibus.



Em abril isoladamente foram 266,1 mil, número 40,4% maior que o do mesmo mês do ano passado e praticamente estável em relação a março (leve queda de 0,5%).

### EMPREGO EM ALTA, ESTOQUE EM BAIXA

Megale destacou o aumento do nível de emprego no setor que vem sendo verificado mês a mês, com a abertura de novos turnos de produção para atender ao crescimento dos mercados interno e externo. Em abril os fabricantes de veículos abriram 528 novas vagas e contabilizavam 131.749 empregados, número 4,1% superior ao do mesmo período no ano passado. "A tendência é continuar crescendo gradativamente com os anúncios de contratação que estão acontecendo", diz o dirigente.

Atualmente, apenas três empresas fazem uso de dispositivos de flexibilização do contrato de trabalho, somando em uma delas 932 pessoas em Programa Seguro Emprego, com redução de jornada e salário, e outras duas montadoras têm 725 funcionários afastados temporariamente (layoff), somando no total 1.657 empregados em regime especial. "É um pouco maior do que os 1.535 de março, mas são casos pontuais que as empresas estão usando para fazer ajustes em suas linhas de produção", aponta Megale.

Com mercados interno e externo aquecidos, os estoques baixaram a níveis considerados "aceitáveis". Fábricas e concessionárias no País acumulavam 230,7 mil veículos à espera de compradores ao fim de abril, número idêntico ao verificado em março. No atual ritmo do mercado brasileiro, o volume é suficiente para abastecer 32 dias de vendas.

## Produção de caminhões cresce 55% em quatro meses

08/05/2018 – Fonte: Automotive Business



### Fábricas entregam mais de 33,5 mil unidades; pesados puxam e quase dobram o volume no período

O ritmo de **produção** nas fábricas de **caminhões** está cada vez mais acentuado: de janeiro a abril, as linhas de montagem elevaram seus volumes em 54,9% quando comparados com iguais meses de 2017.

Dados divulgados na segunda-feira, 7, pela Anfavea, associação das montadoras, apontam que o total superou as 33,5 mil unidades no período, considerando todos os segmentos. O desempenho vem sendo fortemente sustentado pelos pesados, cujo volume total atingiu os 15,1 mil caminhões, quase o dobro do visto há um ano, quando o setor entregou pouco mais de 7,8 mil.

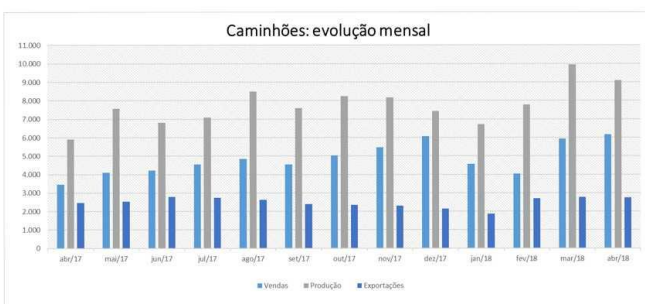
A produção acelerada vem sendo alavancada pela melhor situação do mercado interno, que reagiu com força nos últimos três meses do ano e mantém a tendência de alta a cada mês de 2018, pelo menos até agora. Isso também graças ao segmento de pesados (também chamados de extrapesados) em função do agronegócio que demanda este tipo de veículo.

Em quatro meses, foram vendidos mais de 9,2 mil caminhões pesados, quase o dobro dos licenciamentos de mesmo intervalo de 2017 e 45% do total das vendas de caminhões no Brasil neste primeiro quadrimestre, que encerrou com pouco mais de 20,6 mil unidades, alta de 57,6% no comparativo anual.

Só em abril, os emplacamentos dos caminhões superaram as 6,1 mil unidades, o que não se via há meses por aqui. Este volume ficou 3,9% acima das vendas de março e cresceu expressivos 77,7% sobre o resultado de abril de 2017.

“O mercado de caminhões vem em um momento bom desde dezembro, quando as vendas começaram em quatro mil por mês, aumentou para cinco mil e agora já passamos dos seis mil, puxadas pelos pesados.

Todos os demais subsegmentos vêm com crescimento robusto, não na mesma proporção, mas esse resultado tende a confirmar nossa previsão de crescer 25% neste ano”, declara o vice-presidente da Anfavea, Luiz Carlos de Moraes.



Embora o desempenho se mostre robusto, vale lembrar que a base de comparação é muito baixa. Há um ano, o setor ainda vivia incertezas sobre a situação econômica,



que ainda não dava sinais de recuperação. O setor vinha experimentando a pior crise de sua história no País, mas a leve reação do mercado, que começou em meados de 2017 se intensificou e desde o último trimestre, o mercado voltou a respirar com um pouco mais aliviado.

Mas a recuperação vem acontecendo de forma gradativa: os dados da Anfavea mostram que as vendas no acumulado do primeiro quadrimestre, de 20,6 mil, ainda não alcançaram a média dos últimos 10 anos, de 35,8 mil caminhões.

As exportações se somam aos fatores que melhoraram as condições de produção, ao elevar os volumes também em meados do ano passado. Agora, com o primeiro quadrimestre consolidado, as vendas ao exterior avançaram 21% sobre mesmo período do ano passado, totalizando mais de 10 mil caminhões.

Para Moraes, o avanço do mercado interno e o aumento das exportações vão ajudar as fábricas a conter a ociosidade do setor, que ainda está em nível altíssimo, na casa dos 70%. Além disso, o segmento pesado tende a enfrentar outros desafios:

“O crédito é um limitador. Sabemos que as empresas estão utilizando cada vez mais o CDC, porque tem uma taxa fixa e sabem quanto vão pagar, mas os bancos não estão com tanto apetite [para conceder crédito]. Os bancos de montadoras não dão conta sozinhos do mercado, por isso precisamos dos demais bancos”, comenta.

Segundo o executivo, a Anfavea vai propor ao BNDES uma nova linha de crédito nos moldes do Finame, mas que tenha taxa fixa, como é o CDC (crédito direto ao consumidor).

## **ÔNIBUS**

Do mesmo modo que os caminhões, a produção de ônibus ganhou novo fôlego em 2018: de janeiro a abril, as fábricas montaram 10,1 mil chassis, volume 81,7% maior que o verificado em iguais meses de 2017. Só em abril, a produção evoluiu 16,5% sobre o volume de março ao atingir as 3,3 mil unidades. Já na comparação com abril do ano passado, o volume mais que dobrou, crescendo 121%.

As vendas do segmento subiram 43% no mercado interno, para 3,6 mil chassis, enquanto as exportações evoluíram 47,6%, para pouco mais de 3,2 mil ônibus.

## **Aço brasileiro é sobretaxado nos Estados Unidos desde 1991**

08/05/2018 – Fonte: InDa / O Globo

A tarifa de 25% imposta às importações de aço, anunciada pelo governo americano e que levou o setor siderúrgico nacional a aceitar uma cota que reduz suas exportações para aquele país, é apenas um dos ataques protecionistas dos Estados Unidos que atingiram as indústrias siderúrgicas do Brasil.

Desde o início dos anos 1990, categorias importantes de aço são sobretaxadas pelos EUA, algumas com alíquotas que, somadas, superam 100% sobre o valor do produto, segundo estudo do Instituto Aço Brasil.

— A economia tida como mais livre e mais aberta do mundo tem uma tradição de fechamento de seu mercado para o aço — afirma o presidente da entidade, Marco Polo Mello.

Usado na fabricação de arames, porcas, parafusos e rebites, o fio máquina tem duas categorias de sobretaxas desde 2001. Na importação pelos EUA há alíquotas de 74,45% a 94,73% por prática de dumping, quando o produto entra em um país com preço artificial, abaixo do valor médio praticado no mercado interno. Outra faixa, de

2,31% a 7,74%, é uma medida compensatória a subsídios que o governo brasileiro teria concedido, direta ou indiretamente, à siderurgia.

## DUPLA PENALIDADE

Laminados a frio e a quente também sofrem dupla penalidade desde 2015. Largamente usados por fabricantes de automóveis, embalagens e produtos de linha branca (geladeiras, máquinas de lavar e fogão, principalmente), os aços laminados a frio, ao entrarem no mercado americano, são sobretaxados em até 35,43% com tarifas antidumping, e em 11,09% a 11,31% com alíquotas compensatórias. Já os laminados a quente, comprados pelas indústrias naval e de máquinas e equipamentos, têm sobretaxas de até 35,43% (antidumping) e 11,30% (compensatórias).

Resistentes a altas temperaturas e usadas, principalmente, pela indústria metalúrgica, as barras de aço inoxidável são tributadas, desde 1993, em até 19,43% por prática de dumping. Chapas grossas cortadas, presentes em diversos setores, como as indústrias naval, energética, de gás e óleo, são taxadas em 74,52%.

## SOBRAM MILHÕES DE TONELADAS

Já os tubos com costura têm uma tarifa antidumping de 103,38%. São usados na condução de substâncias líquidas, gasosas e pastosas. Estão presentes em redes de água, esgoto e em equipamentos de combate a incêndio.

Os produtos siderúrgicos estão sempre na mira do governo americano com medidas antidumping, cotas e salvaguardas, afirma Mello. Porém, lembra ele, o aço brasileiro não é o único que sofre ataques protecionistas. É um dos produtos mais tributados do mundo, alvo de um terço das ações de defesa comercial em vigor. A China lidera o ranking com 176 medidas, seguida por Coreia (67) e Taiwan (42). O Brasil está em 10º lugar, com 16 medidas.

Estima-se que existam no mundo 780 milhões de toneladas de excedente de capacidade instalada de aço. Desse total, mais de 400 milhões estão na China. Não são apenas os siderúrgicos chineses que entrarão em menor quantidade nos EUA. Outros países também vão diminuir suas exportações para os americanos. O que sobrar terá de ir a outros mercados, incluindo o Brasil.